

Produzir para viver: trabalho e produção camponesa na comunidade de São Judas - PA

*Cátia Ovilleira Macedo**
*Rafael Benevides Souza***

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada entre 2009 e 2010 na comunidade de São Judas no município de Bujaru. Nosso esforço neste artigo é apresentar alguns aspectos da reprodução camponesa na comunidade de São Judas, mais precisamente no que concerne a produção, a comercialização, além das estratégias de trabalho e renda que vem se forjando na comunidade nos últimos anos. Seguimos como orientação teórica, a vertente que define a existência dos camponeses na sociedade como resultado da própria contradição do capitalismo. Através do trabalho de campo foi possível adentrar no universo desses camponeses, e a partir dele traçar considerações acerca do campesinato amazônico e em particular acerca da territorialidade em construção nesta comunidade.

Palavras-chave: Produção. Trabalho. Campesinato. Comunidade. Territorialidade.

Introdução

A compreensão da vida camponesa na atualidade exige um olhar atento às transformações capitalistas ocorridas no campo no último quartel do século XX e início do século XXI, bem como às interferências que estas metamorfoses têm proporcionado ao território camponês. É sobre estas questões que versa este artigo.

É notório que em algumas partes do Brasil a integração do camponês ao mercado capitalista tem sido elemento marcante da sua reprodução, mas será este o único caminho? Partindo desta interrogação é que nos propomos discutir as estratégias encontradas pelos camponeses de São Judas, na corrida pela sua sobrevivência e recriação.

O lugar do camponês na sociedade capitalista tem sido questionado por estudiosos¹, que não concebem a capacidade dessa população em se reproduzir socialmente. Neste trabalho partimos da compreensão de que o campesinato está inserido no sistema capitalista, reproduzindo-se pela contradição do capital, ou por meio da luta pela terra oriunda dos movimentos sociais. Entre os autores que defendem esta teoria encontramos Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991, 1995, 2004), José de Souza Martins (1991, 1995), dentre outros.

Oliveira (1991) destaca que a permanência dos camponeses na sociedade capitalista se apresenta como resultado da própria contradição do capital. Assim, entende-se o camponês como uma classe social de dentro da sociedade capitalista, e não de fora. Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo entra no campo expropriando e explorando o camponês, também gera novos territórios sob orientação camponesa. Mesmo expulso de sua terra, o homem do campo sai em busca de terra em outro lugar, onde possa se reproduzir como camponês, agindo contrariamente as perspectivas do capital, gerando um processo de desterritorialização em um lugar e reterritorialização noutro (MARTINS, 1991).

Para Oliveira a terra esta sujeita ao capital. Desta forma:

O que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

O capitalismo ao entrar no campo gerando desigualdades e expropriação, contraditoriamente não expande as relações capitalistas para todo o espaço agrário, mas promove o “desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo”, responsável pela permanência e recriação do campesinato. Assim, ao passo em que ocorre o avanço da propriedade capitalista no campo, avança também a propriedade camponesa, afirma Oliveira. Essa recriação se dá quando o camponês permanece dono de sua terra e de sua força de trabalho, vendendo para o mercado apenas o excedente de sua produção, ou seja, vende o fruto de seu trabalho, e não o próprio trabalho.

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Seus ganhos são ganhos de seu trabalho e do trabalho de sua família e não são ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalho expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, 1991, p. 54).

A permanência da propriedade camponesa nos indica como negativa a tese da generalização do trabalho e da produção capitalista no campo. Contrariando a lógica do capital a agricultura camponesa, fruto do trabalho familiar, vem se modificando sem contudo tornar-se uma empresa capitalista. Observamos que em São Judas, o trabalho

é medido pela necessidade familiar e não pela obtenção de lucro, além da terra se caracterizar como um lugar de trabalho e, não de negócio (MARTINS, 1991).

Em meio à tese da homogeneização das relações de trabalho no campo, na Amazônia em particular, o trabalho e o modo de vida camponês apresenta-se a partir da diversidade identitária, são os caboclos, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, quilombolas, entre outras designações que expressam a diversidade camponesa amazônica (MOREIRA; HÉBETTE, 2009). Estudos em comunidades rurais na mesorregião metropolitana de Belém - nordeste paraense e em particular na comunidade de São Judas tem nos apontado uma dinâmica territorial, social e produtiva particular, que caracteriza um modo de vida camponês e enseja novas territorialidades.

Como metodologia utilizamos a pesquisa de campo, que possibilitou uma maior aproximação com os moradores da comunidade. As visitas ocorreram em momentos longos e outras vezes mais curtos. Como técnica de pesquisa utilizamos a entrevista aberta e semi-aberta através das qual adentramos nas histórias de vida dos camponeses e levantamos maior parte das questões apresentadas neste texto. A observação assistemática nos permitiu tomar conhecimento acerca dos aspectos referentes às relações do cotidiano em comunidade.

Nosso esforço neste artigo é apresentar alguns aspectos da reprodução camponesa da comunidade de São Judas, mais precisamente no que concerne a produção. Assim trataremos da produção propriamente dita, da comercialização, além das estratégias de trabalho e renda que vem se forjando na comunidade nos últimos anos.

A Dinâmica Produtiva da Comunidade de São Judas

O camponês do século XXI não pode ser pensado como sujeito isolado do mundo, auto-sustentável, mas deve ser visto dentro de uma classe social que vive inserida na sociedade capitalista sem, no entanto, realizar um trabalho capitalizado. A reprodução camponesa

na comunidade de São Judas é caracterizada por sua integração parcial ao mercado capitalista (forma direta), formando um território específico, através dos elementos (família, trabalho e a terra) que constitui a vida camponesa. Nesse sentido, entende-se por meio de Santos (1984) que:

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos de seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo. (SANTOS, 1984, p. 69).

De certa forma, esta personificação do campesinato da qual fala Santos, em São Judas, é caracterizada pela autonomia que conduz o território em relação ao mercado. Sendo assim, esses camponeses vão produzir para a sua própria sobrevivência e para comprar mercadorias que não produzem, organizando-se por meio do trabalho familiar, e por laços de parentescos e vizinhanças, que criam o território campesino na imagem da comunidade rural.

A unidade camponesa de São Judas se materializa por meio da família, do trabalho e da terra. A família é a espinha dorsal da comunidade, é através dela que se constituem as relações de parentesco e vizinhança, exemplificados através dos empréstimos de terra, da troca de alimentos (produtos da roça e da caça), do uso coletivo do retiro, da troca de dias no trabalho da roça e da partilha das sementes. Soubemos em campo que o empréstimo da terra acontece em diversas situações: ausência de igarapé (água) no lote, quando a terra para o plantio ficou distante da casa de morada ou do retiro (lugar onde é feita a farinha), parente ou compadre sem terra e outros. Observamos ainda que a produção camponesa é um dos elementos que conduz a dinâmica do território comunitário, que se desenha no cotidiano desses sujeitos.

Os camponeses de São Judas

Os camponeses de São Judas se autodenominam como pequenos agricultores. São trabalhadores que adquiriram a posse da terra através da herança, possuem fortes laços de parentesco², e desenvolvem uma agricultura voltada para a sobrevivência, tal qual apresentado por Santos (1984) sobre a produção simples de mercadorias. Percebemos assim, que os moradores de São Judas apresentam uma identidade camponesa.

A gente planta arroz, milho, macaxeira, mamão, jerimum, toda marca de verdura. O milho é mais pra galinha, o arroz a gente planta só pra comer. Esse ano todo mundo plantou arroz. Só a mandioca, a farinha, a gente vende pra comprar roupa, calçado, umas coisinhas (Izete Louber, setembro de 2009).

Nesta fala Izete Louber, destaca que os camponeses não produzem para acumular, mas para garantir a sobrevivência. Em São Judas existe uma organização produtiva particular, o arroz, o feijão, o milho, a verduras e os frutos são direcionados exclusivamente para o consumo familiar, enquanto que a farinha de mandioca apesar de ser um dos produtos mais importantes da receita alimentar local, destaca-se também como um produto fundamental nas negociações comerciais realizadas pela comunidade. A diversidade da produção (arroz, feijão de corda, verduras e batatas - batata doce, inhame e cará - permite aos camponeses comprarem apenas uma parte pequena da receita básica alimentar, já que produzem quase tudo que consomem. Dentre os produtos trazidos do comércio destaca-se o sabão em barra, o tabaco, produtos de higiene pessoal (sabonete, desodorante, talco), carne seca, peixe seco e carne bovina *in natura*. Até o final da década de 1990, o querosene também compunha esta cesta de alimentos comprados pelos camponeses, perdendo parte de sua importância quando da inauguração da eletrificação rural na primeira década do século XXI.

Oliveira exemplifica bem a maneira de produzir dos camponeses de São Judas:

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão de mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender pra comprar. (OLIVEIRA, 1991, p. 52).

Notadamente para Oliveira, a produção camponesa visa à própria sobrevivência, desta forma, o trabalho camponês não apresenta como fundamento a acumulação de capital, persegue uma lógica de produzir para vender e comprar o que não produz: como roupa, calçado, remédio, material escolar e de trabalho. Esta dinâmica, marcada pela autonomia e liberdade, delimita a construção da territorialidade camponesa local.

A participação do camponês no modo de produção capitalista, se dá sob uma perspectiva particular, uma vez que o camponês negando-se ao trabalho assalariado, não vende a sua força de trabalho, por isso não é subjugado e explorado pelo capital. Assim, o camponês aparece diante do capital com a sua mercadoria pronta, vendendo apenas o fruto do seu trabalho, efetivando uma relação não capitalista de produção.

O processo capitalista de produção é responsável pelo desenvolvimento desigual e combinado, que no campo produz ora a territorialização do capital, processo pelo qual o camponês desaparece e se insere no modo de produção capitalista, ora contraditoriamente, a monopolização do território, processo pelo qual ocorreria a recriação do camponês (OLIVEIRA, 1991).

A territorialização do capitalismo no campo se materializa quando a empresa e o latifúndio se apresentam como os mesmos sujeitos ou grupo empresarial, embolsando concomitantemente o lucro da indústria e da agricultura. Por outro lado, a monopolização do território se dá quando o capitalismo monopoliza o território, mas não territorializa-se, redefinindo as relações camponesas de trabalho

e de produção, servindo-se destes para produzir capital (OLIVEIRA, 2004).

Em São Judas a produção é voltada para o consumo e parte do que é produzido na comunidade é partilhado pelos vizinhos e parentes. Assim todos partilham do açaí, do milho verde e das canjicas, do cupuaçu, do coco, das verduras trazidas da roça (macaxeira, o cariru, batatas e outros).

O açaí, o cara só vende quando tem bastante açaí, mas quando tem pouco ninguém vende, é só pro consumo mesmo. E o arroz, ninguém vende o arroz. O único produto que a gente vende aqui é a farinha e a banana, sabe, e quem tem outras coisas que vende também, a maioria da produção é essa (Félix Albernás, julho de 2009).

É mandioca pra farinha, o milho, banana. Agora só a farinha pra vender, os outros produto é só pra consumi, o arroz pra comer e o milho pros bichos (Cecília do Carmo, julho de 2009).

Nas falas acima, verifica-se a diversidade agrícola e o direcionamento da produção de São Judas. Percebemos que a farinha de mandioca se destaca como uma produção tanto para o consumo como para ser vendida, tornando-se o principal produto agrícola que rege as trocas entre este território camponês e o exterior. Essa produção não se restringe apenas a São Judas, grande parte das comunidades do município de Bujaru e do nordeste paraense tem a farinha da mandioca como principal produto de comercialização.

Observamos que a produção da farinha requer muito tempo e esforço físico, e que o valor pago pelo produto final não compensa tanto esforço. Contudo, segundo os entrevistados, a farinha, dentre as culturas cultivadas é a que possui maior valor comercial. Além do mais, dentro do calendário agrícola, a mandioca se destaca como um gênero que não é cultivado em safras, ou seja, é colhido o ano todo, independente das estações do ano.

Eu planto feijão, mas é só pro alimento, porque olha, numa safra eu plantei, levei pra Bujaru, mas ninguém quis comprar, perdi 4 pacotes de feijão, porque

apodreceu.

Nós não pode ficar só na mandioca, se eu faço 100 reais na farinha eu suo que é só uma desgraça. Eu tava contando um caso, que eu levei três pacotes de farinha da boa, eu vendi a 25 (reais) cada um saco (de 30 kg), eu paguei o frete, deu uma faixa de 60 (reais) e pouco. Aí eu outro dia, eu de tarde peguei o terçado, cortei uns 8 cacho de banana, levei pra Bujaru e apurei 75 reais no cacho de banana e pra 3 pacote de farinha eu fiz o mesmo, tanto que eu não suei nadinha, porque eu planto a banana, depois eu passo por lá, corto as folhas secas, e descanso. Quer dizer só num instante eu sozinho, num fiz 75 reais, e na farinha nós era 4 pra fazer 3 pacotes (Félix Albernás, julho de 2009).

Pra vender a gente faz a farinha, esse ano o meu companheiro fez pouco de malva, aqui tudo dá dinheiro, esse tempo agora a malva tava melhor que a farinha, que a farinha tava 0,70 centavos e o meu companheiro foi vender de 1,20 o quilo de malva, ai já vai ajudar aqui (Ninfa Albernás, setembro de 2009).

Como observado acima alguns gêneros agrícolas não são direcionados para a comercialização devido a sua procura ser limitada, como é o caso do feijão cultivado por Félix Albernás. Vislumbra-se claramente nesta fala o desafio que é viver só da produção da farinha, uma vez que a equação entre o grande esforço para produção não corresponde a pouca renda obtida quando da sua comercialização.

Em Bujaru a farinha de mandioca se destaca como uma produção estritamente camponesa. Aos sábados uma parte dessa produção é comercializada na feira da cidade, onde os camponeses vendem a sua produção diretamente ao consumidor. Além da farinha, são vendidos outros derivados da mandioca como a goma, a tapioca, o beiju xica³ e o tucupi. Em período de safras (de dezembro à março) também é vendido o cupuaçu, Castanha-do-pará, pupunha, entre outras frutas comuns nas áreas rurais do município.

Até 2010, na comunidade, a comercialização dos produtos agrícolas se davam de duas formas: comercialização interna – os camponeses trocavam a farinha por mantimentos no único comércio existente na comunidade⁴; comercialização externa – os camponeses

vendem a sua produção para os comerciantes de Bujaru.

Neste sentido, notamos que a produção dos camponeses de São Judas, de certa forma, apresenta-se sujeita ao mercado capitalista. Quando os camponeses chegam a sede municipal de Bujaru para venderem a farinha, recebem um preço pré-estabelecido. Vislumbramos neste processo a monopolização do território, caracterizada pela subordinação da produção camponesa ao capital, ou seja, os camponeses são orientados indiretamente a cultivarem gêneros agrícolas com fácil aceitação do mercado, como é o caso da farinha. No entanto, apesar desta produção estar subordinada, o capital absorve apenas o fruto do trabalho camponês, e não a sua mão-de-obra, sendo nesse momento reproduzidos pelo próprio capital.

Na comunidade de São Judas os camponeses estão buscando estratégias de melhoria de renda, através da produção em associação, como é o caso da associação para a produção de mel no projeto de apicultores do município de Bujaru, denominados ABAA⁵. Este pequeno grupo (dois irmãos e um primo) trabalha com a criação de abelhas, que é comercializado pela associação com a CONAB⁶.

To oito anos trabalhando com a apicultura. Nesse período que to trabalhando com o mel, mexo com a farinha só de vez em quando, a farinha é mais pra consumo. A gente armazena o mel na cidade, escorre o mel aqui, leva no decapitador e depois que é embalado na garrafa pra levar para a Conab. A gente já fez pequenos empréstimos lá só pra gente trabalhar com a lateral mesmo, né. A gente fez já tem dois anos que to pagando um empréstimo, porque o material pra trabalhar com a apicultura é só caro (João Albernás, julho de 2009).

Os camponeses que trabalham com a apicultura estão de certa forma produzindo cada vez menos os produtos comuns à comunidade, como a farinha, o arroz, o milho, dedicando-se a tais produções esporadicamente. Através de empréstimos bancários estes trabalhadores conseguiram comprar o material para trabalhar com as abelhas, que segundo os entrevistados teria um preço elevado no mercado.

Perguntado para um dos apicultores sobre a potencialidade

comercial da CONAB como compradora (e vendedora) de mel, ouvimos:

É isso que a gente pensa, né. A gente pensa em inventar outro tipo de coisa, né, da abelha. Trabalhar com o veneno, a geléia. A gente pensa em industrializar o mel. A gente precisa de uma casa de mel na cidade, pra escorre o mel, pra vender pra fora (João Albernáz, julho de 2009).

A fala de João Albernáz demonstra, certa preocupação dos produtores com a comercialização do mel, caso a procura venha diminuir e aponta a industrialização na própria comunidade ou na sede municipal de Bujaru, como uma alternativa. É notável também que os apicultores almejam melhor infra-estrutura para poderem produzir e comercializar o mel de abelha. Porém, a melhoria na produção para esses camponeses não tem nenhuma relação com a produção capitalista, mas está relacionada à conquista de uma vida mais digna, e possibilidade da sua reprodução enquanto camponeses.

A verticalização da produção para atender certa demanda de mercado, como é o caso de comunidades amazônicas que fornecem, por exemplo, a priprioca para redes de cosméticos, vem se tornando freqüente. Esse envolvimento com o capital torna-se uma pista de mão dupla, devido às interferências que esta relação, acordos com empresas, causam a produção local. Martins (1991) nos diz que essa submissão do camponês ao capital ocorre:

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, [...], é que subrepticamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista. (MARTINS, 1991, p. 59-60).

À medida que o mercado passa a regular a produção camponesa, estes passam a perder a sua autonomia frente ao capital, sujeitando-se a demanda do mercado, sendo, portanto um assalariado

disfarçado (MARTINS, 1980). No caso de São Judas, apesar de haver uma pequena produção voltada para o mercado, como é o caso da produção do mel e da farinha, não se pode generalizar essas relações produtivas como capitalistas, uma vez que na comunidade predomina a produção diversificada, orientada para atender as necessidades do núcleo familiar. Em meio a produção do mel e da farinha, estes camponeses produzem uma diversidade de verduras e leguminosas. Além disso, o milho que alimenta a criação de porcos e galinhas, muito comum na comunidade.

Ao observarmos o cotidiano da comunidade, inferimos que há uma reprodução camponesa, desenhada na reprodução social desses agricultores, a partir da prática do trabalho de base familiar e da produção diversificada, diferenciando-se dessa maneira do território capitalista.

O valor do trabalho e da terra em São Judas

Em São Judas todos os trabalhadores são donos de seu tempo e de seu trabalho, negando dessa forma a submissão real de seu trabalho. “Os camponeses têm algo que foi roubado dos trabalhadores assalariados: o tempo e a autonomia sobre seu trabalho” (BOMBARDI, 2004, p. 58). A autonomia do trabalho é uma característica fundamental na estrutura camponesa, e que foge aos padrões do mercado, sendo uma forma de trabalho muito marcante na comunidade de São Judas.

Rapaz é muito melhor trabalhar por conta própria, porque olha, eu tenho um colega ali, e eu vejo ele assim uma hora da tarde, o sol tinindo, ele ta trabalhando com um japonês. Eu disse pra ele “que eu na minha roça não pego o sol de uma hora, só vou três horas”. Ele é empregado de carteira assinada, de segunda a sábado, eu perguntei se era bom o trabalho, ele disse que é bom ter aquele dinheiro no final do mês, mas às vezes tem vontade de largar porque o sol falta mata a gente, que dizer se fosse no terreno dele, ele não ia pega aquele sol. Aqui em São Judas ninguém é empregado, tudo trabalha por conta própria, às vezes ganha uma diária assim, mas não é sempre, todo mundo tem a sua

rocinha, jovens e os que já é companheiro e tudo. Ele disse até dia de domingo ele trabalhou, aqui em casa a gente só trabalha de segunda a sexta. Eu acho que não é vantagem trabalhar empregado, porque o cara ganha pouco, enriquece o patrão e ainda fica doente (Félix Albernás, julho de 2009).

Trabalho assalariado e trabalho independente (trabalho na roça), colocam-se como contraditórios e opostos. Félix Albernás apresenta o trabalho assalariado como pouco vantajoso e economicamente penoso, por ser um trabalho de “sol a sol”. Além disso, faz questão de reforçar que não existem assalariados na comunidade, todos trabalham por conta própria, sendo os donos de seu trabalho e do fruto desse trabalho.

Desta forma, a rotina de trabalho é dirigida pela necessidade da família. Os dias de trabalho, assim como a hora de começar e terminar a labuta, a divisão das tarefas domésticas é medida pela necessidade e tamanho da família. Nesta relação produtiva encontramos o que Chayanov (1981) chama de economia doméstica, regulado pela relação trabalho-consumo, na qual o trabalho é medido de acordo com a necessidade da família, e não pelo número de trabalhadores. Assim, o trabalho é um elemento que está na base da vida camponesa, e a autonomia desse trabalho é o que difere o camponês do operário.

Eu acho bom eu trabalha por conta própria. Já trabalhei muito de empregado. O cara que trabalha de empregado, ele só tem dinheiro quando recebe, e o cara trabalhando por conta própria se eu não tiver dinheiro agora, mas eu saiu pro meu serviço, eu ajeito e pego dinheiro hoje mesmo. Sabe porque, eu to sobre eu, eu sei o que posso fazer, e o cara trabalhando de empregado ele é sujeito, e eu trabalhando por conta própria, eu trabalho até uma hora, duas horas da tarde e depois eu venho me borá pra casa. (Pascoal Silva, julho de 2009).

Pascoal Silva infere que o trabalho independente, apresenta as vantagens do camponês viver por conta própria. Segundo o entrevistado, as vantagens de trabalhar no seu sítio é poder decidir e construir a sua própria rotina cotidiana de trabalho. Já no trabalho assalariado além de estar sujeita ao patrão, trabalha muito e o

salário ganho não compensa tanto esforço. Dessa forma, o camponês constrói no cotidiano do seu trabalho, a hora que é mais viável para a realização do seu ofício, opondo-se ao trabalho assalariado, não se inserindo diretamente no modo de produção capitalista.

Observei que o trabalho acessório é comum na comunidade, ou seja, momento em que “o camponês passa a ser um assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas” (SANTOS, 1984, p. 37).

A gente faz a farinha pra vender, e também tem a intera de outro serviço que a gente pega, assim de preiteira. A gente capina, os homem roça, né. A gente faz pros pessoal aí, aí eles pagam 120, 100 reais, depende da tarefa da roça. (Maria Medianeira, julho de 2009).

Através do trabalho acessório a família consegue uma renda complementar. Porém, o trabalho da roça é o elemento chave na garantia da sobrevivência camponesa, tal como apresentado por Maria Medianeira. Observei que o pagamento temporário pelo trabalho acontecia principalmente por ocasião da capina da roça e da produção da farinha.

A presença da força de trabalho assalariada na unidade produtiva camponesa pode também aparecer como um elemento desta unidade. É evidente, que esse assalariamento no interior da unidade camponesa baseada fundamentalmente no trabalho familiar precisa ser muito bem entendido. Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços, [...]. Contrata-se, então, trabalhadores temporários. Em geral, o período da colheita tem levado o camponês a experimentar o assalariamento [...]. E o camponês que o contrata não é um capitalista, não trava com ele uma relação social de produção especificamente capitalista. (OLIVEIRA, 1991, p. 58).

O trabalho acessório na propriedade camponesa também é discutido em Oliveira (1991). Este apresenta que a busca por trabalhos fora do próprio sítio, ocorre por vários motivos, de um lado, quando

a produção familiar não é suficiente para o sustento da família em um determinado período. Por outro, a contratação ocorre quando a mão-de-obra é pouca, dentro do grupo familiar para o serviço agrícola. No entanto, é importante ressaltar que esta relação de assalariamento não se apresenta da mesma forma como na produção capitalista, devido não haver a exploração total do trabalhador, da mesma forma que a renda obtida no trabalho assalariado, não se torna a renda principal da família.

Nos últimos dez anos grande parte dos agricultores da comunidade de São Judas tornaram-se beneficiários dos programas sociais do governo federal (bolsa família). Além disso, há um número significativo de aposentados, porém a aposentadoria não afastou os camponeses do trabalho na roça, que continua sendo o principal mecanismo de reprodução social destes sujeitos. Observamos que a conquista da aposentadoria não retira estes sujeitos do trabalho na roça, pelo contrário, continuam participando do trabalho da família, porém em ritmo diferente dos mais novos.

Segundo Hespanhol (2007, p. 278), “a aposentadoria passou a se constituir numa importante fonte de renda para boa parte da população residente nas áreas rurais”. Assim, a aposentadoria vai propiciar às famílias, uma renda fixa, que irá complementar no orçamento familiar no mês.

Mas quem dera se desse pra vive só da aposentadoria, agorinha o menino ta tratando de por comida no fogo. Eu tenho uma mandioquinha de molho e tem um menino naquela baiuquinha ali que peguei umas coisinhas, ai eu perguntei como é, ai ele disse: “a senhora me pague com farinha”. Quem dera se só da aposentadoria desse pra gente viver, mas não dá não. (Osmarina do Carmo, junho de 2009).

Segundo Osmarina do Carmo, não dá para viver só com a aposentadoria, por isso, não deixa o trabalho no roçado. Em São Judas o trabalho na roça após a aposentadoria se dá por dois motivos: primeiro é quando a família é grande e o dinheiro da aposentadoria não é o suficiente para o sustento da casa; segundo pela necessidade que aposentado tem de continuar trabalhando, plantando, enfim

participando da produção organizada pela família. A entrevistada diz gostar tanto do trabalho na roça “que teve um tempo que até aos domingos ia ao roçado”, ficando evidente que o trabalho representa também valores culturais e identitários. “Eu penso assim, às vezes eu preciso de uma verdura, ou de um arroz, eu preciso de uma farinha, porque o paraense gosta muito de farinha, ter açaí e não ter farinha. A gente tendo da nossa colheita é melhor.” (Maximiano Albernás, setembro de 2009).

O relato de Maximiano Albernás (aposentado) explicita bem a sua relação com a roça, trata-se da possibilidade de não vir a passar necessidade. Além disso, vislumbra-se na fala de seu Maximiano, a autonomia no consumo dos produtos da dieta alimentar. Assim, o trabalho do aposentado em São Judas, ora aparece em uma produção direcionada apenas para o consumo da família, ora para consumo e comercialização. O afastamento definitivo dos mais idosos da roça só se dá por motivos de doença, caso contrário continuam participando e definindo a produção na unidade familiar.

Verificamos ao longo do trabalho de campo que de modo geral, o principal meio de sustentação das famílias de São Judas é a agricultura, todos sobrevivem do que plantam e colhem. Assim, o trabalho acessório e os programas sociais, apresentam-se como um rendimento extra, um suplemento ao que é produzido na roça.

Dessa forma, percebemos que na comunidade há um campesinato representativo no século XXI, não como um resíduo social, mas com um modo de vida autônomo, que se reproduz em meio às adversidades do capitalismo.

Considerações Finais

Mesmo após o advento das transformações capitalistas ocorridas na Amazônia, encontramos territórios na qual o campesinato permanece vivo não como indivíduos atrasados, presos a um estilo de vida arcaico, mas com uma estética de vida que se relaciona com a sociedade capitalista, sem contudo, modificar sua estrutura de vida.

Ao adentrar em São Judas, percebemos os elementos que norteiam

a vida camponesa na comunidade expressos por meio da família, do trabalho, da terra. Estes elementos alicerçam a construção e autonomia deste território camponês. Através da família são tecidas todas as relações em comunidade, sejam elas sociais ou culturais. É por meio da família que se dá o trabalho nas roças, nos retiros e em comunidade.

A terra se apresenta como um bem de fundamental importância na constituição desse território, isso se evidencia nos relatos dos entrevistados quando ressalta o apego a terra. Além disso, ter terra é ter liberdade e autonomia para produzir de acordo com seus conhecimentos e necessidades sem necessariamente dependerem do mercado. Neste vínculo com a terra, fica clara a relação dos camponeses de São Judas com o sistema capitalista, na qual vendem apenas o fruto do seu trabalho. Neste processo de produção e reprodução social destes sujeitos, se esboçam os elementos que compõem a territorialidade local. O sentido de pertencimento a comunidade se forja e reforça nas atividades cotidianas de reprodução da vida, fortemente marcada pelo apego a terra, pela relação de parentesco e vizinhança.

A realidade objetiva da comunidade de São Judas, nos conduz a uma compreensão, acerca da existência dos camponeses, que nos distancia daqueles teóricos que sinalizam para o desaparecimento dos mesmos. Assim, destacamos que nestes primeiros sopros do século XXI, o campesinato vem metamorfoseando-se e resistindo aos ventos capitalistas.

Notas

*Possui mestrado em Geografia Humana e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade do Estado do Pará, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.

** Graduado em Geografia, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Com especialização em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) na Universidade Federal do Pará. Mestrando em Geografia na Universidade Federal Fluminense.

¹ Abramovay (1998), Veiga (1994) e Graziano (1996).

² Ver Castro (2003, 2006) e Sousa (2010).

³ Gilberto Freire (1996, p. 122) busca em Araújo Lima, uma variedade de denominações sobre Beiju, “além de beiju simples, conhecido de todo brasileiro por esse nome ou pelo de tapioca –

‘bolo de massa fresca, ainda úmida, ou de polvilho (tapioca), passada pela urupema, de modo a formar grumos, que pela ação do calor ficam ligados pelo glúten próprio da massa’ – o beiju-açu, ‘redondo, feito da mesma massa que o beiju-ticanga, e cozido no forno’; o beijucica, ‘feito da massa da macaxeira, em grumos bem finos’; o de tapioca, ‘feito de tapioca umedecida, de maneira a cair da urupema em grumos pequeninos e, quando pronto, enrolado sobre si mesmo depois de se lhe pôr manteiga na face exterior’; o beiju-ticanga, ‘feito da massa da mandioca mole e seca (ticanga) ao sol’; caribe – ‘o beiju-açu posto de molho e reduzido a uma massa, a que se acrescenta mais água, morna ou fria, formando uma espécie de mingau, mais ou menos ralo, conforme o gosto’ – mingau que se toma de manhã com água morna, e no andar do dia, com água fria; o curandá, ‘beiju grande e bastante espesso, feito de tapioca umedecida, de grumos maiores que o enrolado, e levando castanha crua em pequenos fragmentos’. Tudo comida de índio adotada pelo brasileiro do extremo-norte”.

⁴O proprietário do comércio era o senhor Rui do Carmo, após o fechamento da propriedade, o senhor Rui exerce apenas o papel de atravessador de uma parte da produção de São Judas, na medida em que ele compra a farinha na comunidade e revende nas feiras da cidade de Belém.

⁵A Associação Bujaruenses de Agricultores e Agricultoras (ABAA), é uma associação que envolve vários camponeses em algumas comunidades rurais de Bujaru que tem como finalidade a criação de abelhas.

⁶A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é um órgão do Ministério da Agricultura que tem por objetivo acompanhar a produção agrícola brasileira, desde o momento em que a semente é plantada até o momento em que o alimento chegar ao consumidor (www.conab.gov.br).

Referências

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. (Orgs.). Traduzido por José Bonifácio de S. A. Filho. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.133-163.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** – 31 ed. – Rio de Janeiro: Record, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Desenvolvimento do Campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta. Inez; SUZUKI, Julio C. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e poder**. 1ºed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 271-311.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MOREIRA, Edma Silva. & HÉBETTE, J. **Metamorfose de um**

campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, Emília P.; MENEZES, Marilda A; MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categoriais: construções identitárias e sociabilidades.** São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.187-207.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção Caminhos da geografia)

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos Avançados, 2001.

_____. Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho.** São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2011.

Abstract

This work is the result of a research conducted between 2009 and 2010 in the community of São Judas in the city of Bujaru. Our effort in this article is to present some aspects of reproduction in the peasant community of São Judas, more precisely with regard to production, marketing, and strategies for employment and income that has been forged in the community in recent years. We assume or use, as a theoretical orientation, the line that defines the existence of the peasants in society as a result of the very contradiction of capitalism. Through field work it was possible to step into the universe of peasants, and from it to make some considerations about the Amazonian peasantry and especially about the construction of the territoriality in this community.

Keywords: Production. Labor. Peasant. Community. Territoriality.